



UNIDADE II

Legislação Computacional e Ética

Profa. Ma. Irene Kim

Novos modelos econômicos na realidade digital

- Os novos modelos econômicos na realidade digital são impulsionados por transformações profundas, marcadas pela ativação de quatro alavancas-chave de valor: modelos de negócio inovadores, conectividade em tempo real, processos centrados na experiência do cliente, automação e agilidade, e *analytics* para aprimorar a tomada de decisões e promover uma cultura de dados.
- A realidade digital permite a criação de novas formas de operar e conceber modelos econômicos disruptivos. Isso inclui a ascensão de economias de compartilhamento, plataformas digitais e modelos de assinatura, redefinindo a maneira como as empresas entregam valor aos clientes.

Transformação digital

- Os novos modelos econômicos na realidade digital estão intrinsecamente ligados à transformação digital, um fenômeno que o Fórum Econômico Mundial aborda através de algumas etapas fundamentais para alcançar os objetivos corporativos nesta era marcada pela digitalização.

Conhecimento das oportunidades e ameaças tecnológicas

- Para se beneficiar da transformação digital, as empresas devem possuir um profundo conhecimento das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, como inteligência artificial, automação, Internet das Coisas, entre outras. Ao mesmo tempo, é crucial estar ciente das ameaças potenciais, incluindo questões de segurança e mudanças no cenário competitivo.

Adaptação às mudanças tecnológicas

- A evolução para novos modelos econômicos na realidade digital não apenas exige adaptação às mudanças tecnológicas, mas também implica uma redefinição fundamental do propósito empresarial. Dois aspectos cruciais nesse processo são a adoção de modelos de negócios baseados em plataformas digitais e a disposição para a "canibalização" de partes do negócio existente.

Empresa digital

- Os novos modelos econômicos na realidade digital demandam uma abordagem estratégica, muitas vezes envolvendo a otimização de sistemas obsoletos e a criação de ambientes digitais em áreas estratégicas. Essas práticas representam uma resposta às necessidades de inovação, agilidade e adaptação contínua exigidas pelo cenário empresarial digital.

O comércio eletrônico e suas novas aspirações

- O comércio eletrônico, impulsionado pela revolução digital, está constantemente evoluindo e moldando novos modelos econômicos. Aspirações significativas emergem nesse cenário, refletindo mudanças nas expectativas dos consumidores, avanços tecnológicos e transformações na dinâmica empresarial.
- A principal aspiração no comércio eletrônico é oferecer uma experiência do cliente excepcional. Isso vai além da simples transação de compra, abrangendo a jornada completa do consumidor, desde a descoberta do produto até o pós-venda. Empresas buscam personalização, interatividade e conveniência para fidelizar os clientes.

O comércio eletrônico e suas novas aspirações

- A implementação de Inteligência artificial (IA) visa aprimorar a personalização. Sistemas de recomendação alimentados por IA, *chatbots* para atendimento ao cliente e análise preditiva são ferramentas que melhoram a relevância das ofertas e a interação com os consumidores.

***Smart Contracts* – Tecnologias e aplicações**

Os *Smart Contracts*, ou contratos inteligentes, representam uma inovação revolucionária na realidade digital, impulsionando novos modelos econômicos baseados em *blockchain*. Essas peças de código autoexecutáveis, armazenadas e executadas em uma *blockchain*, oferecem automação, segurança e transparência nas transações digitais. Vamos explorar as tecnologias subjacentes e as diversas aplicações dos *Smart Contracts*:

***FinTechs* – Definições e exemplos**

- As *FinTechs*, ou empresas de tecnologia financeira, emergiram como catalisadoras de transformação no setor financeiro, introduzindo inovações que redefinem modelos econômicos na era digital. Essas empresas combinam tecnologia avançada, dados e abordagens ágeis para oferecer uma variedade de serviços financeiros de forma mais eficiente e acessível.

Interatividade

Os novos modelos econômicos na realidade digital são impulsionados por transformações profundas, marcadas pela ativação de quatro alavancas-chave de valor:

- a) Modelos de negócio inovadores.
- b) Conectividade em tempo real.
- c) Processos centrados na experiência do cliente.
- d) Promover uma cultura de dados.
- e) Todas as alternativas anteriores.

Resposta

Os novos modelos econômicos na realidade digital são impulsionados por transformações profundas, marcadas pela ativação de quatro alavancas-chave de valor:

- a) Modelos de negócio inovadores.
- b) Conectividade em tempo real.
- c) Processos centrados na experiência do cliente.
- d) Promover uma cultura de dados.
- e) Todas as alternativas anteriores.

Aspectos legais e legislação existente – Tendências futuras

- A rápida evolução dos modelos econômicos na realidade digital levanta uma série de desafios e oportunidades para a legislação existente. A interseção entre a inovação digital e o quadro legal é crucial para garantir o crescimento sustentável e a proteção de todos os participantes. Destacam-se os aspectos legais atuais e as tendências futuras nesse cenário dinâmico.

Ética pessoal e profissional e valores históricos e culturais

A ética, essencialmente, representa um conjunto de valores morais e princípios que orientam a conduta humana na sociedade. É um farol que guia as ações individuais e coletivas, moldando a forma como interagimos uns com os outros e como contribuímos para o bem comum. Vamos explorar alguns aspectos fundamentais da ética:

- A ética é profundamente influenciada pelos valores históricos e culturais de uma sociedade. O que é considerado ético em uma cultura pode variar significativamente em outra. Essa diversidade reflete a complexidade da ética, sendo moldada por tradições, crenças e experiências compartilhadas ao longo do tempo.

Códigos de ética apropriados

- Para orientar a conduta em diversas esferas da vida, muitas instituições desenvolvem códigos de ética. Esses documentos delineiam os princípios e normas que se espera que seus membros sigam. Seja no âmbito profissional, acadêmico ou social, os códigos de ética oferecem um roteiro para comportamentos éticos, promovendo a integridade e a responsabilidade.

Ética e consciência na liderança

- Líderes éticos incorporam a consciência em suas práticas de liderança. Eles tomam decisões conscientes que consideram não apenas os resultados financeiros, mas também o impacto nas pessoas e na comunidade.
- A interação entre ética pessoal e profissional e consciência é uma jornada constante de autoavaliação e crescimento. Consciência ética não é apenas estar ciente do certo e do errado, mas também agir em conformidade com esses princípios, promovendo uma vida autêntica e uma carreira profissional ética. Ao cultivar a ética e a consciência, os indivíduos contribuem para um mundo mais compassivo, responsável e orientado por valores éticos.

Vícios e virtudes

- Os vícios são comportamentos ou hábitos negativos que desviam do caminho ético. Podem incluir ações como desonestidade, preguiça, egoísmo e falta de responsabilidade. Os vícios prejudicam não apenas o indivíduo, mas também as relações interpessoais e a integridade profissional. As virtudes são atributos positivos que refletem uma conduta ética e moralmente aceitável. Exemplos incluem honestidade, empatia, responsabilidade, integridade e respeito. As virtudes formam a base para a tomada de decisões éticas e a construção de relações saudáveis.
- Autoconhecimento: na esfera pessoal, a ética começa com o autoconhecimento. Identificar vícios pessoais requer uma avaliação honesta de comportamentos prejudiciais e uma busca ativa por virtudes que promovam um modo de vida ético.

Vícios e virtudes

- Desenvolvimento pessoal: cultivar virtudes é uma jornada contínua de desenvolvimento pessoal. Isso envolve a prática constante de comportamentos éticos, como demonstrar empatia, agir com integridade e assumir responsabilidade por ações pessoais.
- Resiliência contra vícios: a ética pessoal envolve a construção de resiliência contra vícios. Isso pode incluir a resistência a comportamentos, como a procrastinação, a desonestidade consigo mesmo e a falta de autenticidade nas relações pessoais.

Ética pessoal

- Responsabilidade no trabalho: virtudes como pontualidade, diligência e comprometimento contribuem para a construção de uma reputação profissional ética.
- Relações interprofissionais: as virtudes desempenham um papel fundamental nas relações interprofissionais. A empatia no ambiente de trabalho, a colaboração e o respeito pelas opiniões dos colegas são exemplos de virtudes que contribuem para um ambiente profissional ético.
 - Vícios organizacionais: organizações também podem manifestar vícios, como falta de transparência, desigualdade e falta de responsabilidade social. Indivíduos éticos devem resistir a esses vícios organizacionais e promover uma cultura ética.

Princípios clássicos da ética social

- Os princípios clássicos da ética social estabelecem os fundamentos para uma convivência humana justa e respeitosa. Estes princípios transcendem barreiras socioeconômicas, conferindo valor intrínseco a cada indivíduo e orientando a construção de uma sociedade fundamentada na dignidade, no direito de propriedade e na primazia do trabalho.
- A dignidade humana é um princípio fundamental que reconhece o valor intrínseco de cada pessoa, independentemente de suas posses, cargos ou títulos. Este princípio afirma que todo ser humano tem direito ao respeito e à consideração, formando a base para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Princípios clássicos da ética social

- O direito de propriedade é um princípio que reconhece o direito das pessoas de possuírem bens visando ao atendimento de suas necessidades. Este princípio não apenas protege a propriedade individual, mas também busca assegurar que todos tenham a oportunidade de ter acesso aos recursos necessários para uma vida digna.
- A primazia do trabalho destaca a importância da atividade laboral para a subsistência e o crescimento pessoal. Este princípio enfatiza que o trabalho não é apenas um meio de ganhar a vida, mas também uma forma de contribuir para o desenvolvimento pessoal e para o bem-estar coletivo.

Interatividade

Os vícios são comportamentos ou hábitos negativos que desviam do caminho ético. Organizações também podem manifestar vícios. Indivíduos éticos devem resistir a esses vícios organizacionais e promover uma cultura ética. São considerados vícios organizacionais:

- a) Falta de transparência.
- b) Desigualdade.
- c) Falta de responsabilidade social.
- d) As alternativas a) e b).
- e) As alternativas a), b) e c).

Resposta

Os vícios são comportamentos ou hábitos negativos que desviam do caminho ético. Organizações também podem manifestar vícios. Indivíduos éticos devem resistir a esses vícios organizacionais e promover uma cultura ética. São considerados vícios organizacionais:

- a) Falta de transparência.
- b) Desigualdade.
- c) Falta de responsabilidade social.
- d) As alternativas a) e b).
- e) As alternativas a), b) e c).

Código de Ética Profissional

- Os códigos de ética, fundamentados em padrões ou condutas estabelecidas formal ou informalmente, desempenham um papel vital na orientação do comportamento humano em diversos contextos, sendo especialmente cruciais nas esferas profissional e empresarial. Esses códigos, também chamados de códigos de regulação ou regimentos, têm a função de definir o que é permitido, aceito e válido em situações específicas, proporcionando um guia moral para indivíduos e organizações.

Código de Ética Profissional

- Os códigos de ética profissional são normas estabelecidas para orientar o comportamento de profissionais em suas respectivas áreas. Eles delimitam as responsabilidades, padrões e valores esperados, contribuindo para a integridade e a confiança nas relações profissionais. Por exemplo, em áreas como medicina, direito e engenharia, códigos específicos delineiam as práticas aceitáveis, respeitando tanto os clientes quanto a sociedade em geral.

Código de Ética Profissional

- Nos contextos empresariais, os códigos de ética desempenham um papel importante na definição dos valores e padrões de comportamento esperados dos funcionários e da organização como um todo. Esses códigos podem abordar questões como transparência, responsabilidade social, relações com clientes e concorrência leal. Ao estabelecer diretrizes éticas claras, as empresas procuram criar um ambiente que promova a honestidade, a equidade e a responsabilidade corporativa.

Código de Ética Profissional

- Esses códigos podem variar em formalidade, desde documentos extensos até princípios mais simplificados, mas todos buscam fornecer orientação sobre o que é considerado correto e apropriado. A aplicação efetiva desses códigos requer um compromisso contínuo de lideranças e colaboradores em incorporar os princípios éticos no dia a dia das operações e interações.
- Além disso, os códigos de ética precisam ser dinâmicos, capazes de se adaptar às mudanças sociais, tecnológicas e culturais. O contexto evolutivo dos negócios e da sociedade exige uma constante revisão e atualização desses códigos para garantir que permaneçam relevantes e eficazes ao longo do tempo.

Código de Ética Profissional

- Os códigos de ética profissional e empresarial não apenas definem padrões de comportamento, mas também contribuem para a construção de ambientes éticos e responsáveis. Ao internalizar esses princípios, profissionais e organizações não apenas atendem às expectativas sociais, mas também fortalecem suas fundações éticas, contribuindo para uma sociedade e um ambiente de negócios mais éticos e sustentáveis.

Noções básicas sobre o Código de Ética Profissional e seus exemplos

- Na área de exatas, onde a precisão e a lógica desempenham papéis centrais, a ética profissional é um elemento fundamental para guiar as interações e relações dentro da profissão. O âmbito ético na área abrange não apenas a aplicação prática dos conhecimentos técnicos, mas também a forma como o profissional se relaciona com clientes, fornecedores e parceiros, com o objetivo de promover a dignidade humana e construir um ambiente sociocultural saudável para o exercício da profissão.

Noções básicas sobre o Código de Ética Profissional e seus exemplos

- A ética na área de exatas engloba a conduta dos profissionais no exercício de suas atividades.
- Na interação com clientes, a ética profissional na área de Exatas requer o compromisso com a prestação de serviços de alta qualidade, com precisão e exatidão. Isso implica em fornecer informações transparentes sobre os métodos utilizados, os resultados esperados e as limitações técnicas. A busca pela satisfação do cliente deve ser equilibrada com a integridade e o respeito pelos princípios éticos inerentes à profissão.

Noções básicas sobre o Código de Ética Profissional e seus exemplos

- A ética empresarial na área de Exatas também abrange as relações com fornecedores. A escolha de parceiros e fornecedores deve levar em consideração critérios éticos, como práticas comerciais justas, respeito aos direitos trabalhistas e compromisso com a sustentabilidade. A busca por parcerias éticas não apenas fortalece a reputação da empresa, mas também contribui para a construção de uma cadeia de suprimentos responsável.

Ética social, família, empresa, nação e globalização

- A ética social permeia diferentes esferas da vida, desde o núcleo familiar até as complexidades da globalização. Ela cria um tecido moral que conecta indivíduos, organizações e nações, moldando valores compartilhados e influenciando o comportamento em diversos contextos.
- Núcleo familiar: o núcleo familiar é a sociedade primordial e indispensável na formação do indivíduo. Nesse ambiente, valores éticos são transmitidos, e as primeiras lições de moral e comportamento são aprendidas. A ética social começa na família, estabelecendo a base para as interações humanas. As lições recebidas na infância influenciam o modo como os indivíduos se relacionam com os outros ao longo de suas vidas.

Ética social, família, empresa, nação e globalização

- Ética na empresa: nas empresas, a ética social se manifesta na forma como as organizações conduzem seus negócios e interagem com funcionários, clientes e partes interessadas. Valores éticos fundamentais, como integridade, transparência e responsabilidade social, orientam o comportamento das organizações.
- Ética na nação: a ética social também é vital no contexto nacional. Valores compartilhados influenciam o desenvolvimento de políticas públicas, justiça social e coesão nacional. O compromisso com a ética na nação se reflete na busca por equidade, inclusão e no respeito pelos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Uma nação ética promove a justiça, a igualdade e o bem-estar de sua população.

Ética social, família, empresa, nação e globalização

- Ética na globalização: as interconexões globais demandam considerações éticas em relação a questões como comércio justo, sustentabilidade e responsabilidade global. A ética na globalização envolve a consciência dos impactos de decisões locais e globais, buscando equilibrar interesses individuais e coletivos em uma comunidade global interdependente.
- Essas inter-relações destacam a importância de cultivar uma ética social sólida em todos os níveis. Ao fortalecer a ética no núcleo familiar, nas empresas, nas nações e na globalização, construímos sociedades mais justas, sustentáveis e harmoniosas. A ética social, então, não é apenas um princípio abstrato, mas um guia prático para a construção de um mundo onde os valores fundamentais da dignidade, respeito e cooperação são celebrados e defendidos.

Interatividade

São exemplos de Código de Ética Profissional:

- a) Ética social.
- b) Ética na empresa.
- c) Ética na nação.
- d) Ética na globalização.
- e) Todas as alternativas anteriores.

Resposta

São exemplos de Código de Ética Profissional:

- a) Ética social.
- b) Ética na empresa.
- c) Ética na nação.
- d) Ética na globalização.
- e) Todas as alternativas anteriores.

Entidades de classe federativas e confederativas do profissional de TI

- O Código de Ética Profissional é uma ferramenta essencial para orientar o comportamento e a conduta ética dos profissionais em suas respectivas áreas de atuação. No setor de Tecnologia da Informação (TI), o código de ética desempenha um papel significativo, fornecendo diretrizes para promover práticas éticas e responsáveis. Além disso, as entidades de classe federativas e confederativas desempenham um papel fundamental na representação e defesa dos interesses dos profissionais de TI. Vamos explorar esses tópicos mais detalhadamente.

Entidades de classe federativas e confederativas do profissional de TI

- Sindicato Nacional das Empresas de Serviços e Instalações de Informática (Serpro): uma entidade confederativa que representa empresas do setor de serviços e instalações de informática, promovendo o desenvolvimento do setor.
- Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainf): uma entidade federativa que congrega empresas do setor de informática, buscando promover a integração, o desenvolvimento e a defesa dos interesses das empresas associadas.
 - Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom): uma entidade confederativa que representa empresas do setor de TIC, defendendo interesses comuns e promovendo iniciativas para o avanço da indústria.

Entidades de classe federativas e confederativas do profissional de TI

- Conselho Federal de Profissionais de Tecnologia (Confea): uma entidade federativa que, embora não seja exclusiva da TI, desempenha um papel importante na regulamentação e fiscalização de profissionais de tecnologia, incluindo a área de informática.
- A adesão aos códigos de ética e a participação em entidades de classe federativas e confederativas é crucial para profissionais de TI. Isso não apenas fortalece a integridade individual, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável da indústria, promovendo padrões éticos e representação eficaz de interesses coletivos.

Entidades de classe federativas e confederativas do profissional de TI

- A ética profissional na TI é reforçada por códigos éticos específicos e apoiada por entidades de classe federativas e confederativas. Esses instrumentos são essenciais para garantir a conduta ética dos profissionais de TI e promover o avanço sustentável da indústria, alinhando-se a princípios de responsabilidade, transparência e respeito pelos usuários e pela sociedade como um todo.

LGPD – Lei geral da proteção de dados – Lei n. 13.709/2018

- A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é uma legislação brasileira que foi promulgada em setembro de 2020 e entrou em vigor em setembro de 2021. A LGPD foi criada para estabelecer regras claras e abrangentes sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil, buscando garantir a proteção da privacidade dos cidadãos e a segurança no manuseio de informações pessoais por organizações e empresas.
- No contexto brasileiro, a LGPD é uma legislação que regula o tratamento de dados pessoais por empresas públicas e privadas. Profissionais de TI devem estar cientes das obrigações impostas por essa lei, garantindo que as práticas de coleta, armazenamento e processamento de dados estejam em conformidade.

Marco Civil da Internet

- O Marco Civil da Internet, também no Brasil, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Ele aborda questões como neutralidade da rede, privacidade e responsabilidade dos provedores de serviços.

Previsão legal dos direitos autorais e da propriedade industrial

- O direito à propriedade intelectual disciplina a proteção à criação do intelecto humano, integra os direitos da propriedade industrial (invenção, modelo de utilidade, desenho industrial e marca), a propriedade sobre o *software* e a propriedade sobre os direitos autorais.
- A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XXVII, prevê de forma ampla (para utilização, publicação ou reprodução), os direitos autorais e garante que a lei assegurará os direitos industriais sobre as obras, conforme segue:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”

Previsão legal dos direitos autorais e da propriedade industrial

“XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;”

- A partir dessa redação, nota-se que a proteção aos direitos autorais ganhou *status* constitucional.

O registro ou a averbação dos direitos autorais

- O registro ou a averbação dos direitos autorais possuem como resultado, o assentamento (registro) e a publicação das informações legais declaradas pelo autor/titular no requerimento de registro, conforme cópia da obra intelectual depositada. Tais atos servem para garantir a preservação da cópia da obra intelectual registrada, pelo prazo de duração dos direitos patrimoniais, para consulta e referência futura, ressalvadas as restrições de acesso às obras inéditas, em atenção aos direitos morais do autor.
- Ao final, uma certidão que resume, certifica e dá fé às principais informações legais assentadas no processo de registro referentes à obra intelectual e aos direitos de seus titulares é emitida.

O registro ou a averbação dos direitos autorais

- Com a averbação do registro ocorre a modificação das informações legais do registro em decorrência de novos fatos, como, por exemplo, a alteração do título da obra ou a transferência de titularidade através de contrato de cessão de direitos autorais patrimoniais. Este serviço só pode ser solicitado pelo titular de direitos autorais.
- No artigo 5º da Constituição Federal há disposição de que o autor da criação tem direito exclusivo de uso, de publicação ou de reprodução das obras, podendo ser transmitido a seus herdeiros de acordo com o tempo. A proteção das criações contra o plágio e o uso sem autorização ampara tanto as pessoas físicas quanto as pessoas jurídicas.

O registro ou a averbação dos direitos autorais

- Assim, a Lei n. 9.610/1998 regulamenta toda a relação que existe entre a pessoa que cria a obra e os terceiros que fazem uso dela, o autor da obra pode dispor ou usar sua criação da forma que pretender. Nesses termos é possível ainda conceder a permissão a terceiros para que usem a obra de modo parcial ou total.
- É direito do autor receber os benefícios patrimoniais e morais que decorrem da exploração da obra intelectual. Os patrimoniais são os que se referem à exploração econômica, seja pelo criador, seja por terceiros que foram autorizados por ele. Os morais são aqueles que só podem ser exercidos pelo próprio criador da obra intelectual, sendo, portanto, um direito irrenunciável e intransmissível.

A legislação profissional aplicada à internet

- A violação de direitos autorais consiste em crime, gerando punição para quem fere esse direito a depender do tipo de violação.

Nesse sentido, o artigo 184 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848/40, estabelece pena para o crime de violação de direito autoral:

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

- Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
- Extrai-se assim que, a violação dos Direitos Autorais são passíveis de punições severas.

Interatividade

Violar direitos de autor e os que lhe são conexos, nos termos do Código Penal, possui pena de:

- a) Detenção, de 3 (três) meses.
- b) Detenção, de 1 (um) ano.
- c) Somente multa.
- d) Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
- e) Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Resposta

Violar direitos de autor e os que lhe são conexos, nos termos do Código Penal, possui pena de:

- a) Detenção, de 3 (três) meses.
- b) Detenção, de 1 (um) ano.
- c) Somente multa.
- d) Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.
- e) Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Referências

- CÓDIGO PENAL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- LEI N. 9.610 de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm
- LEI N. 13.709 de 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm4

ATÉ A PRÓXIMA!